

SOBRE A INEXISTÊNCIA DE ORAÇÕES SEM SUJEITO NO PORTUGUÊS

Afrânio da Silva Garcia (UERJ)

A gramática tradicional insiste em classificar determinadas orações do português *como orações sem sujeito* ou, numa escolha de palavras extremamente infeliz, *como orações com sujeito inexistente* (parece-nos extremamente ocioso dizer que uma oração tem sujeito inexistente: soa tão ridículo quanto dizer que uma carteira contém dinheiro inexistente ou que um deserto tem água inexistente). Ao mesmo tempo, a gramática tradicional mantém a classificação do sujeito como um dos *termos essenciais da oração*, ao lado do *predicado*, ou seja, como um dos termos imprescindíveis a toda e qualquer oração. Se considerarmos que o sujeito é um dos termos essenciais, imprescindíveis da oração, o simples fato de admitirmos a existência de orações sem sujeito constituiria um paradoxo.

A lingüística inglesa e norte-americana cunhou uma frase bastante pitoresca para definir a função do sujeito: ***“the subject is the peg where we hung the information”*** (traduzindo, “o sujeito é o cabide onde penduramos a informação”), querendo com isso dizer que a comunicação humana se realiza, basicamente, por meio da escolha de um sintagma nominal (o *sujeito*, o elemento que suporta e justifica aquilo que se vai dizer) acerca do qual se tece algum tipo de consideração ou se fornece algum tipo de informação (o *predicado*, aquilo que é dito sobre o sujeito). Ora, se tivermos, no português, orações sem sujeito, como apregoa a gramática tradicional, teremos extratos de informação “pendurados” no *vazio*, afirmações e considerações feitas, literalmente, sobre o *nada*.

Se observarmos mais atentamente as orações ditas *sem sujeito*, constataremos que todas elas, sem exceção, têm sujeito, só que *o sujeito não vem expresso*, quer porque a norma lingüística assim o determina, quer para evitar redundâncias absolutamente desnecessárias. Analisaremos agora, uma a uma, as razões que justificam a existência desse tipo de oração sem sujeito expresso.

Em primeiro lugar, temos as orações com o verbo *haver* no sentido de *existir* e seu correlato popular, as orações com o verbo *ter* com o mesmo sentido. A gramática tradicional afirma serem essas *orações sem sujeito*, visto não haver concordância entre sujeito e verbo, ao contrário do que ocorre com o verbo *existir*. Essa afirmação decorre de um velho hábito arraigado nos nossos estudiosos do português de considerar o geral como inevitável. Existem muitas situações que justificam a ausência de concordância entre sujeito e verbo, existindo mesmo casos em que *o correto* (ainda que os profundísimos gramáticos não aceitem) *é o verbo não*

concordar com o sujeito. Tome-se, por exemplo, uma situação corriqueira de sala de aula em que uma professora zelosa, não querendo omitir nenhum de seus alunos na hora da chamada, pergunte à classe: “*Falta alguém na lista de chamada?*”, recebendo como resposta de algum aluno cujo nome não tenha sido incluído na pauta: “*Falta eu*”. A professora não acharia nem um pouco estranha a resposta do seu aluno, ainda que ele não tivesse feito a concordância entre o verbo faltar e o sujeito posposto eu. Acharia estranhíssimo, isto sim, se ele respondesse com a concordância “correta”: “*Falto eu*”. Outro bom exemplo poderia ser dado por um casal em colóquio amoroso, em que um dos apaixonados se virasse para o outro e dissesse, sem atentar para a concordância: “*No mundo, só existe eu e você*”. Essa declaração soaria muito melhor do que a mesma sentença com a concordância “:correta”: “*No mundo, só existimos eu e você*”; outra versão desta mesma sentença, também com a concordância correta, seria a monstruosidade lingüística “*No mundo, só existo eu e você*”. Como sujeito simples, então, a concordância do verbo existir com sujeito eu é francamente inaceitável (imagine-se um megalômano que falasse “*No mundo, só existo eu*” em vez de “*No mundo, só existe eu*”; causaria espanto não apenas pelo conteúdo delirante de sua declaração, como também pela forma inusitada em que ela foi proferida), embora seja “correta” de acordo com a gramática tradicional.

A razão dessa sensação de estranheza diante da concordância de determinados verbos com seus sujeitos pospostos deriva do fato desses verbos estarem sendo usados como *verbos de apresentação*, isto é, como verbos que introduzem um novo elemento, uma nova entidade, num relato ou numa conversação. Nesses casos, para garantir o suspense ou pelo próprio imediatismo do texto falado, a concordância do verbo com o sujeito que o acompanha não é realizada, ficando o verbo na “*pessoa geral*”, ou seja, aquela na qual flexionamos o verbo quando não sabemos ou não queremos explicitar quem seja o seu sujeito, que vem a ser a terceira pessoa do singular. Note-se, por exemplo, que o infinitivo, quando substantivado, sempre concorda com verbo na terceira pessoa do singular e que o “erro” de concordância do português falado consiste, geralmente, na concordância de verbos de outras pessoas verbais com a terceira pessoa do singular e não o contrário, daí encontrarmos pessoas falando “*Nós vai*” ou “*Tu é*” muito freqüentemente, mas nunca (ou quase nunca) encontrarmos alguém falando “*Ele vou*” ou “*Ela és*”.

Assim sendo, os verbos *haver* e *ter* no sentido de existir teriam por norma, visto tratarem-se de *verbos apresentadores*, serem flexionados na “*pessoa geral*” (terceira pessoa do singular), ainda que seus sujeitos sejam da primeira ou segunda pessoas do discurso ou que estejam no número

plural. O verbo *existir* faria a concordância normalmente por não ser, costumeiramente, usado como *verbo de apresentação*.

Ainda com respeito ao verbo *haver* (e seu equivalente popular **ter**), um segundo argumento em defesa da existência de sujeito nesses casos seria o fato de ele ser usado em sentenças absolutamente sinônimas daquelas com o verbo *existir*, como é o caso de “*Há muitas pessoas na sala*” e “*Existem muitas pessoas na sala*”. A gramática tradicional afirma que a primeira sentença não possui sujeito, sendo o sintagma *muitas pessoas* o objeto direto do verbo *haver*, enquanto na segunda o sintagma *muitas pessoas* seria o sujeito. Consideramos absolutamente inaceitável duas sentenças sinônimas, com todos os elementos idênticos, à exceção do verbo, e apresentados na mesma ordem, serem sintaticamente tão distintas ao ponto de uma ter sujeito e não ter objeto, ao passo que a outra tem objeto mas não tem sujeito. Ou ambas têm sujeito, ou ambas têm objeto! Como decididamente a segunda sentença tem sujeito, mais uma vez fica comprovada a existência de sujeito com o verbo *haver* no sentido de existir.

O segundo caso em que a gramática tradicional nega a existência do sujeito seriam as orações com verbos que expressam *fenômenos meteorológicos* ou *climáticos*, tais como “*Chove*” ou “*Está ventando*”. Nesses casos, a omissão do sujeito se dá não devido ao fato de ele não existir, mas ao fato de ele ser demasiadamente óbvio e redundante. O sujeito do verbo *chover* é normalmente *chuva*, assim como o sujeito do verbo *ventar* é normalmente *vento*; então, por que explicitá-lo? É importante notar, todavia, que se o sujeito não for aquele que se espera, se ele não for óbvio ou redundante, ele virá expresso, como em “*Choveu tiro na birosca*” ou “*Está chovendo granizo*”.

O terceiro caso de orações ditas sem sujeito são aquelas que expressam tempo decorrido, como “*É tarde*” ou “*São dez horas*”. Na verdade, temos aí um *sujeito contextual*, um dos sujeitos mais freqüentes de nossa língua: o *aqui-e-agora* da situação. Infelizmente, como a maioria quase absoluta dos sujeitos é constituída por expressões substantivas, os gramáticos tradicionais recusam terminantemente a possibilidade de ocorrência de *sujeitos adverbiais*. Esse não é o caso do professor Evanildo Bechara, que afirma textualmente, em seu compêndio “*Lições de português pela análise sintática*”, que existem *sujeitos de base adverbial*. Aceitar essa realidade é essencial para se entender uma vasta gama de sentenças portuguesas como “*Hoje é dia de rock!*” ou “*Agora é tarde!*”. Se não aceitarmos que hoje na primeira frase e agora na segunda são sujeitos, teríamos frases em que um verbo intransitivo ligaria nada (o primeiro elemento) a coisa alguma (o último elemento), mas que tanto nada como coisa alguma seriam absolutamente indispensáveis para a estrutura sintática

da frase. Um pouco demais, não acham?! Nas frases anteriormente aludidas, “*É tarde*” e “*São dez horas*”, o sujeito é o *aqui-e-agora* da situação, não sendo citado porque nunca se diz que algo está ocorrendo neste-lugar-e-neste-tempo-em-que-nos-encontramos; é óbvio demais!

A mesma explicação sobre a ociosidade de se expressar o sujeito que indica o aqui-e-agora de uma situação serve para outros exemplos de oração ditas sem sujeito, como “*Parece noite*” ou “*Ficou frio de repente*”. Assim sendo, pode-se dizer que decididamente *não existem orações sem sujeito no português*; o que existe são *orações em que o sujeito não vem expresso*, quer porque a *norma lingüística* do português assim o determina (no caso dos *verbos de apresentação*), quer porque *o sujeito é por demais óbvio para vir expresso* (todos os outros casos).